



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

PORTARIA CARF/ME Nº 6069, DE 06 DE JULHO DE 2022

Suspender sessões de julgamento.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV e o § 2º do art. 3º do Anexo I à Portaria MF nº 343, de 09 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. art. 6º-A do Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975,

RESOLVE,

Art. 1º Suspender, ressalvado o disposto no parágrafo único, o julgamento dos processos pautados para as Turmas Ordinárias da 2ª Seção de Julgamento agendadas para o período de 11 a 15 de julho de 2022, em razão da falta de quórum regimental para instalação e deliberação do colegiado, motivada pela adesão de conselheiros indicados pela Fazenda Nacional ao movimento paredista da categoria funcional:

- I – da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara;
- II - da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara;
- III – da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara;
- IV – da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara; e
- V – da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara.

Parágrafo único. Por força de decisões judiciais, a suspensão de que trata este artigo não abrange o julgamento dos processos:

- I – 10280.721558/2019-03, 10280.721560/2019-74 e 14041.000247/2007-39, pautados para às 08:30 horas do dia 11 de julho de 2022, na 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção;
- II – 13896.721202/2015-98, pautado para às 09:00 horas do dia 11 de julho de 2022, na 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção; e
- III – 10580.733952/2011-44, pautado para às 09:00 horas do dia 15 de julho de 2022, na 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção.

Art. 2º Suspender as sessões de julgamento da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção de Julgamento agendadas para período de 12 a 14 de julho, em razão da falta de quórum regimental para instalação e deliberação do colegiado.

Art. 3º Suspender as sessões de julgamento da 2ª Turma Extraordinária da 1ª Seção de Julgamento agendadas para período de 12 a 14 de julho, em razão da falta de quórum regimental para instalação e deliberação do colegiado, motivada pela adesão de conselheiros indicados pela Fazenda Nacional ao movimento paredista da categoria funcional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço do CARF.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Oliveira, Presidente**, em 06/07/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26196597** e o código CRC **9FF4EF56**.

Referência: Processo nº 15169.100005/2022-18.

SEI nº 26196597